



de.
Juliana Cordeiro

Junta de Freguesia das Gândaras – Município da Lousã

Ata da Sessão Ordinária de 27 de dezembro de 2022

A presente sessão ordinária da Assembleia da Junta de Freguesia das Gândaras, teve início às 20h do dia 27 de dezembro de 2022, no edifício sede da Junta de Freguesia, sito na Rua 3 de Julho, nº24 – Fontainhas.

Estiveram presentes na reunião todos os Elementos do Executivo, e os membros efetivos da Assembleia.

Aberta a Sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Cristiano Gonçalves, no seguimento do que foi questionado na última Assembleia pediu a tesoureira da Junta de Freguesia para prestar esclarecimento à Sr.ª Alice Ferreira.

A Sra. Tesoureira esclareceu que foi verificado o resumo diário de tesouraria do mês de julho que vinha explicito na Ata de Executivo nº15 e que este se encontrava correto, o lapso deu-se pelo facto de não ter contado o valor que vinha do mês anterior, a diferença do valor da Tesoureira para o da Sr.ª Alice Ferreira era de 1348,85€, que era o valor que vinha do mês anterior. Verificado este valor, mais a receita de 44815,93 €, subtraindo 22827,36€ da despesa, pode-se observar que para o mês seguinte passarão 23337,42€, valor que consta em ata. A Sr.ª Alice pediu desculpa pelo lapso e ficou esclarecida.

Esta sessão ordinária teve a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. Informações do Presidente;
2. Apreciação e aprovação Alteração do Regulamento de Habitação Social da Junta de Freguesia das Gândaras;
3. Apreciação e aprovação do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças;



4. Apreciação e aprovação do Orçamento para o ano de 2023;
5. Apreciação e aprovação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano de 2023;
6. Apreciação e aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências

Constatando-se a presença de público, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia questionou sobre a intenção d@s presentes se pretender inscrever. Inscreveram-se a Sr. Sandra Fernandes, o Sr. Pires Bento e o Sr. Nelson Gonçalves.

A Sr.ª Sandra Fernandes colocou uma listagem de questões, algumas que estavam na ordem de trabalhos, mas para as quais elucidou que aguardava resposta durante o período de aprovação, no entanto como apenas pode intervir neste período deixou as questões todas juntas:

1. Questionou se o Executivo tem algum planeamento de cadastro dos caminhos vicinais, se contemplam esses serviços?
2. Questiona novamente a situação da casa do Cume, que está nos pontos da ordem de trabalhos?
3. Em que consistiu a reparação da estrada da Valada, se foi só a passagem de máquina, ou se foi utilizado algum material.
4. Quando serão colocados os espelhos parabólicos, ou se contempla apenas substituição? Assim como a sinalização vertical nos locais da freguesia e qual foi colocada?
5. Qual a intervenção realizada na estrada do Paúl, estrada do Campo à Ponte da Ribeira e se já está transitável?
6. Pedido de informação da APIN na Assembleia passada, verificou que já tiveram uma resposta dessa entidade, no entanto não foi esclarecida, qual a resposta e o tipo de procedimento sobre a desinfeção dos RSU.
7. Pretende saber se a Junta está a executar as caixas de visita na estrada das Barraquinhas para a moradia privada, e por que razão é a Junta e não a Câmara Municipal a efetuar esses trabalhos? Quais os moldes dessa intervenção?
8. Relativamente à compra de material de construção que vem nas atas, questiona se já acabou o stock que a Autarquia habitualmente disponibiliza, ou se este ano a Autarquia cortou a cedência de materiais que era habitual nos anos anteriores.



9
10
11
Juliana Correia

9. Questionou se a pavimentação do troço CM1209 já está concluída, ou se irão apenas fazer remendos como tem sucedido.
10. Pretende saber se para o plano de 2023 está contemplada a construção de valeta para o cruzamento da Sucata de modo a evitar a acumulação de saibro. Se está planeada também alguma intervenção na Rua da Quelha e na Rua do Rio, quer a nível de pavimentação ou águas pluviais, pois considera ser uma zona crítica em que os moradores se queixam há algum tempo. Se já existe algum projeto em andamento.
11. Solicitou retificação de erros ortográficos que verificou nas atas. Neste sentido o Sr. Presidente da Assembleia interrompeu a Sra. Sandra, esclarecendo que esse tipo de retificações não são pertinentes em sede de Assembleia de Freguesia e que, a existirem, deverão ser feitas diretamente com a Sra. Secretária da Junta de Freguesia pelos meios próprios para o efeito, presencialmente ou por correio eletrónico.

O Sr. Presidente da Assembleia, sublinhou o facto de o Sr. Pires não ser freguês da Freguesia das Gândaras, no entanto iria conceder-lhe a palavra como cordialidade da Assembleia de Freguesia, sendo que nenhum membro da mesma, nem o Executivo da Junta de Freguesia, manifestaram qualquer oposição, pelo que lhe foi dada a palavra.

O Sr. Pires comunicou uma situação pouco clara que sucedeu, relativamente a uma licença de ruído passada pela Junta de Freguesia para uma Festa de Dia das Bruxas, no Lugar do Espinheiro. O Sr. Pires Bento afirmou que a Junta de Freguesia não está habilitada para autorizar festas, principalmente quando existem determinados requisitos legais. Disse ter contactado a Diocese de Coimbra a questionar se tinham conhecimento ou autorizado aquela festa, ao que lhe responderam que não e se mostraram bastante incomodados com a situação, pois consideravam que o tipo de festa não se adequava àquele espaço religioso.

Referiu que Sr. Presidente da Autarquia da Lousã informou em sessão de Câmara que nada sabia sobre esse assunto e nem tinha conhecimento do caso. Referiu ainda que as Juntas de Freguesia não estão autorizadas pelas Autarquias a passar licenças de ruído e de venda de bebidas alcoólicas, ultrapassando as competências da Junta de Freguesia, considerando que foi uma ilegalidade muito grave.

Acusou ainda o Sr. Presidente de no seu último mandato enquanto Presidente de Junta de Freguesia dar preferência à contratação de uma banda de música, da qual era proprietário, e que isso, no seu entender não era correto e gostava que a situação não se repetisse no mandato atual. Afirmou ter prova documental do que afirma.



Afirmou ainda que mais tarde, num evento de solidariedade para um jovem do Concelho da Lousã, (está em ata da Assembleia Municipal) o Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras foi para as imediações da Junta de Freguesia da Lousã, tratar mal as pessoas. Disse também que mais tarde (às duas da manhã), o Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras ligou para dizer que tinha acabado com a festa do Jovem. Teceu ainda mais algumas observações de cariz particular sem relação com o mandato corrente. Dado estar a alongar-se, e tratando-se de questões pessoais, o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia interrompeu o Sr. Pires Bento, solicitando-lhe que concluísse, o que fez manifestando o seu desagrado por isso, mas acatou a decisão.

Tomou a palavra o Sr. Nelson Gonçalves que depois da intervenção do Sr. Pires, pede ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que confirme se foi passado algum documento que não deveria ter sido passado.

Pedi para esclarecer os vários orçamentos pedidos nas Atas do Executivo, pois é a favor que tudo o que são serviços, sejam adjudicados a pessoas da Freguesia, mas questiona o Sr. Presidente se quando são adjudicados, se são pedidos orçamentos a mais alguém para comparação de valores.

Também se apercebeu que já estão a ser solicitados orçamentos para as festas de Verão de 2023. Questionou se já têm estimativa de valores de quanto será gasto no ano de 2023, já que considera que a verba usada nas festas anteriores foi excessiva.

Tomou a palavra o Sr. Presidente Artur Jorge, cumprimentando os presentes e desejando as boas festas. Começou por responder às questões da Sr.ª Sandra Fernandes:

1. Informou que relativamente ao cadastro dos caminhos vicinais, neste momento não tem nada em cima da mesa.
2. Relativamente às casas do Cume, vai ser alterado um dos pontos do artigo 7º. Vai ser votado em Assembleia de Freguesia. Ainda está uma família a pedido da Segurança Social e dos Serviços de Ação Social da Câmara Municipal. A outra habitação está vazia há praticamente 1 mês.
3. Reparação da estrada da Valada foi retirada das bermas alguma pedra, colocada na estrada e posteriormente colocado saibro tirado do terreno que existe atrás do campo de futebol. Mas falta uma pequena parte, pois as condições meteorológicas não têm permitido.



9/12
TC
Tubiana Correia

4. Quanto aos espelhos parabólicos (numa Assembleia anterior em que foi a Sra. Sandra que falou que os espelhos estavam deteriorados) só foi realizada a troca de espelhos. Na última Assembleia foi falado no espelho do Cruzamento da Moita, que também já está retificado. Informou que a sinalização vertical foi colocada no lugar do Espinheiro e na Papanata. Nos limites da Freguesia foi colocada sinalização de limite de 30 km/h; foram os únicos sinais colocados recentemente.
5. Na estrada do Paúl, foi iniciada a intervenção, mas parou a manutenção junto ao poço. Já foi contactado o proprietário, mas irão fazer a estrada para o lado do leito do Rio e deixar o poço. Quando for possível continuarão a obra.
6. Citou a informação enviada da APIN: *“(...) o número de serviços não estabelece o número mínimo de lavagens e desinfeção e higienização de contentores para a deposição de Resíduos Sólidos Urbanos, neste âmbito a APIN guia-se pelo regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Água e Resíduos da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR), para a definição de lavagens Regulares durante o ano ao nosso parque de contentores RSU instalados na área da APIN considerando também as características territoriais e climatéricas precavendo a proliferação de maus odores no entanto o reporte de qualquer anomalia de contentores quer através das equipas técnicas quer por vias dos clientes/utilizadores são registadas internamente no nosso Sistema e efetuadas da forma mais célere possível. O zelo pelo parque de contentores é uma das nossas prioridades em prol da saúde, de segurança e do ambiente local. O Art.º pelo que se rege o regulamento é o art.º 35 Deveres das Entidades Gestoras nº4, compete as entidades gestoras do Serviço e Gestão de Resíduos Urbanos, alínea C) Assegurar a limpeza de equipamentos de deposição Indiferenciado e o Recolha seletiva de Resíduos em função do tipo de recolha. (...)”* – Fim de citação.
7. Quanto à obra na Senhora das Barraquinhas, como existe o regadio, foi acordado entre a Câmara Municipal, o proprietário da moradia e a Junta de Freguesia. O proprietário e a Junta de Freguesia dão o serviço de mão-de-obra. A junta de Freguesia dá alguma areia e o cimento. A Autarquia dá o restante material, que já está praticamente todo. Isto porque é uma obra que já existia da Freguesia, a obra do regadio, até ao limite da Freguesia.
8. No que diz respeito ao Stock de material, há cimento, *touvenant*, ferro, tem sobrado outro material que está armazenado no estaleiro da Junta de Freguesia.
9. A Estrada do Cume, neste momento está melhor, mas ainda não está normal, é uma obra da APIN. Vão tentar que a APIN e o empreiteiro tenham a estrada o melhor



possível. Neste momento não dá para resolver, só no Verão. Cada vez que existe alguma ocorrência notificam a APIN.

10. Relativamente à valeta da sucata, enquanto o proprietário do terreno não terminar de tirar o saibro não vale a pena estar a intervencionar. Será mantida limpeza regular.

11. A Rua da Quelha e Rua do Rio estão em conversações com a Autarquia e a APIN, pois são serviços das duas entidades: esgotos através da APIN, águas pluviais através da Câmara Municipal da Lousã. Nas reuniões tem sido reportado através de ofício a importância dessas infraestruturas. Estão a tentar um acordo entre entidades. No ano de 2023 a APIN não tem verba para esses dois troços.

A resposta ao Sr. Pires, a licença de ruído e de venda de bebidas alcoólicas foi um serviço de secretaria que poderá não ter sido bem feito. Assumem isso. Neste momento tudo o que existe já é transmitido à Câmara Municipal. O Sr. Presidente assumiu que no mandato anterior emitiu essas licenças e que foi um erro. Informou que a partir de agora modificou a forma de agir. “Tem que se trabalhar para não o fazer, e para fazer as coisas de forma correta e dentro da lei” - disse.

Sobre a festa do jovem da Lousã, informou que não falou como Presidente de Junta, mas como cidadão Artur Jorge e como amigo. Que sempre se deu bem com o Sr. Pires e que sempre falaram bem um com o outro, mesmo a horas incómodas. Na segunda-feira seguinte esperou no Edifício da Junta pelo Sr. Pires para esclarecerem o sucedido, mas que o mesmo não compareceu.

Sobre a fatura que foi falada do anterior mandato, elucidou que foi em 31 de julho de 2016, e confirmando que contratou a Banda Anarkia, na altura em que era Presidente de Junta e também dono da Banda Anarkia (como era também conhecimento da população em geral), sendo à data o Sr. Natálio Tesoureiro e a Sr.^a Sandra Secretária. O valor pago à banda Anarkia foi de cerca de 1500 €, que na época levava mais de dois mil euros. Diz que todos cometem erros. Que o que foi feito, foi com intenção de melhorar e trazer o máximo possível à Freguesia das Gândaras e nunca em proveito próprio. Naquele dia estiveram mais de mil pessoas. Informa que assumirá os erros e tudo fará para os emendar.

O Sr. Presidente respondeu também às questões do Sr. Nelson, informando que estão a solicitar os 3 orçamentos antes de adjudicar, conforme requisito legal. Aproveitou também para informar que a partir deste ano a freguesia vai ter uma empresa a assessorar esse tipo de situações para que não haja mais este tipo de erros e para salvaguardar as posições do



Alvaro Gomes

Executivo. É a empresa que vai fazer ajustes diretos, contratação pública, entre outros, pois o Executivo não tem capacidade para fazer este tipo de serviço. Também menciona que se calhar foram feitos erros no ano passado, porque não sabiam. “A Junta de Freguesia tem que ter apoio para este tipo de serviço. Os recursos não estão capacitados para isto” (sic).

Quanto às Festas de Verão informa que ainda não está nada definido. Estão a pedir orçamentos para fazer as festas de verão a um preço razoável. Ainda não se sabe se se gasta menos ou mais, mas deve ser mais ou menos a mesma tabela. Em abril já haverá novidades.

Terminadas as respostas às questões colocadas antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Informações Escritas do Presidente;

Inscreveu-se a Sr.^a Alice Ferreira, apenas solicitou um esclarecimento na Ata nº 17, 18 e 19 valores de meio tempo do Sr. Presidente valores da ata 17 e 18 são iguais e na ata nº 19, o valor é quase o triplo das anteriores, quer perceber o porquê.

O Sr. Tiago inscreveu-se e questionou se na última reunião do lugar da Papanata foi colocada a discussão, as intervenções que se deveriam fazer naquela estrada. Se na Rua 3 de Julho e na Rua do Reguengo houve alguma intervenção nas sarjetas.

A Sr.^a Tesoureira tomou a palavra e informou que na ata 19 o valor é maior porque esse valor corresponde ao subsídio de Natal pelo tempo parcial do Sr. Presidente.

O Sr. Presidente respondeu ao Sr. Tiago, informando que nessa reunião se falou na intervenção na Rua da Quelha. Quanto à Rua 3 de Julho, Reguengo e Ribeira, foi solicitado pelo menos por duas vezes aos colaboradores para limparem as sarjetas.

O Sr. Nelson tomou a palavra e diz que a sarjeta em frente a sua habitação tem o tubo todo entupido. O Sr. Presidente informou que já lá foram e levaram tubos para desentupir, que até tiraram coisas que não deviam, está prevista uma reunião com os Donos da Quinta do Reguengo por causa de outros serviços, sendo que a reunião ainda não está marcada, mas este assunto também será falado.

Ponto 2 – Apreciação e aprovação Alteração do Regulamento de Habitação Social da Junta de Freguesia das Gândaras;

Inscreveu-se o Sr. Nelson Gonçalves. Mencionando o ponto 2 alínea e) e f) [“para o bem da transparência hoje somos nós amanhã são outras pessoas.” (sic)], considerando que seria



importante ter pessoas do Executivo e membros da oposição na gestão das casas do Cume, deixando essa sugestão de redação.

A Sr.ª Sandra Fernandes pediu a palavra para ser esclarecida sobre a questão de verificarem o que estava antes e o que está agora nesse documento, considerando que a diferença não é muita, a situação que está escrita já estava contemplada no anterior, esse ponto não é novo só muda a alínea e) e f).

Sr Presidente informou que a alteração foi feita com base em parecer devidamente fundamentado por um jurista, não por si. A casa apenas é atribuída com esse parecer. O que quiseram fazer foi não ter pessoas a pedir a casa por 10 anos, pois para habitação social ter um período tão alargado não é o que consideram adequado. Para tentar que sejam cedidas a alguém que precise por um período curto de tempo. Consideram que devem ser as 2 em vez de apenas uma. O restante são alíneas que o jurista entendeu que deveriam ficar.

Efetuada a votação, este ponto foi aprovado por maioria (5 votos a favor e 4 abstenções);

Ponto 3 – Apreciação e aprovação do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças;

Neste ponto não houve inscrições, efetuada a votação, este ponto foi aprovado por maioria (5 votos a favor e 4 abstenções).

Ponto 4 – Apreciação e aprovação do Orçamento para o ano de 2023;

Inscreveu-se a Sr.ª Alice e o Sr. Nelson.

A Sra. Alice questionou a rubrica outros prestadores de serviços, supondo que sejam os valores para as festas de verão.

O Sr. Nelson questionou a intenção da aquisição de um trator com o valor de 4700 € e se seria uma máquina prioritária para a Junta de Freguesia? Qual a intenção da Junta de Freguesia em comprar o trator? Se vão contratar algum funcionário com habilitação a tempo inteiro, isto porque os funcionários andam sempre a mudar.

O Presidente Artur respondeu à Sra. Alice que a rubrica tem mais valor, pois dá para outro tipo de eventos e serviços, para sonorização entre outras coisas.

Quanto à questão do Sr. Nelson informou que normalmente há dificuldade em arranjar colaboradores do IEPF com carta de condução, o trator não será de grandes dimensões se um



TC-
Mariana Correia

dos colaboradores sair, outro mesmo sem carta poderá realizar serviços sozinho com o trator. A intenção é rentabilizar a utilização do trator.

Efetuada a votação, este ponto foi aprovado por maioria (5 votos a favor e 4 abstenções).

Ponto 5 – Apreciação e aprovação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano de 2023;

Inscreveu-se o Sr. Tiago e o Sr. Nelson.

O Sr. Tiago Questionou sobre a obra na Ribeira e Olival como a vão planear, pois tem terrenos particulares dos dois lados. Como vão fazer.

O Sr Nelson agradeceu o convite para participar com ideias em prol da freguesia. No ano passado tiveram uma participação ativa, este ano que todas as Juntas de Freguesia têm o dever de chamar a oposição, mas se for para participar como foi participado este ano não estão disponíveis. Informa que demoraram a mandar a proposta porque, efectivamente, com limite até 3000€ estavam muito limitados.

O Sr. Presidente respondeu ao Sr. Tiago que a Obra do Olival neste momento não vai interferir com terrenos particulares, e com o valor que está é só do cruzamento para dentro do Olival até ao Ribeiro que existe (Levada).

Quanto à questão do Sr. Nelson elucidou que ainda não tinha sido enviada informação para a Autarquia, estavam as obras que já estavam no plano plurianual.

Efetuada a votação, este ponto foi aprovado por maioria (5 votos a favor e 4 abstenções).

Ponto 6 – Apreciação e aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências;

Inscreveu-se a Sr.ª Alice Ferreira que questionou o Sr. Presidente sobre o quadro das intervenções, pois o valor não coincide com o orçamento da despesa.

O Sr. Presidente esclareceu que a Valeta da Ribeira tem um custo de 38000€ e a Câmara Municipal da Lousã comparticipa o valor de 36500 €. A diferença será suportada pela Junta de Freguesia.

Efetuada a votação, este ponto foi aprovado por maioria (5 votos a favor e 4 abstenções).



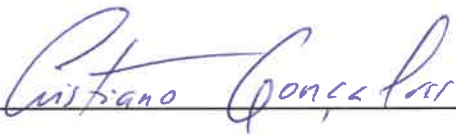
No período após a ordem de trabalhos, inscreveu-se a Sr.ª Sandra Fernandes que questionou se todas as obras do Contrato Interadministrativo têm que ser concluídas ou se podem transitar para o ano seguinte. Aproveitou para desejar boas festas a todos.

O Sr. Presidente respondeu que todas as obras têm que ser concluídas durante o próximo ano. É isso que diz o contrato interadministrativo e a lei.

O Presidente da Assembleia propôs a atribuição de um voto de confiança à Mesa, para redigir e aprovar a ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocado à votação a proposta, foi aprovada por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Assembleia às vinte e uma horas e cinco minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O Presidente da Assembleia de Freguesia


(Cristiano Gonçalves)

A Primeira Secretária


(Juliana Correia)

A Segunda Secretária


(Tânia Antunes)